



Ofício PROAM 01/221118

São Paulo, 22 de novembro de 2018

Assunto: 58º Reunião Extraordinária do Conama

Excelentíssima Senhora  
**ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO**  
Diretora do Conama  
Brasília, DF

c/c  
**Edson Duarte**  
Ministro do Meio Ambiente

**Fátima de Souza Borghi**  
Representante do Ministério Público Federal no Conama

**Entidades Ambientistas cadastradas no CNEA-Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas**

*“Nesse contexto, a massa de homens serve ao Estado não na sua qualidade de homens mas sim como máquinas, entregando os seus corpos.(...) Na maioria das vezes não há qualquer livre exercício de escolha ou de avaliação moral.(...) é comum, no entanto, que os homens assim sejam apreciados como bons cidadãos. Há outros, tal qual a maioria dos legisladores, políticos, advogados, funcionários e dirigentes, que servem ao Estado principalmente com a cabeça, sendo bastante provável que eles sirvam tanto ao Diabo quanto a Deus - sem intenção -, já que raramente se dispõem a fazer distinções morais. Uma quantidade bastante reduzida há que serve ao Estado também com sua consciência: são os heróis, patriotas, mártires”, reformadores e homens, que acabam por isso necessariamente resistindo, mais do que servindo. Conquanto isso, o Estado os trata geralmente como inimigos.” (THOREAU, Henry David. A Desobediência Civil e Outros Escritos. São Paulo: Martin Claret, 2002, Pág. 16-17.)*

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1811-1º andar-conj.127/128 - Jd. Paulistano - São Paulo-SP - CEP 01452-913  
Fone: 55 11 3814-8715 - e-mail: proam@proam.org.br

*APROMAC*  
*DESBRAS*

*Amorim - FZAC*  
*KEAC*  
*Enquadrado MINASGERS*  
*FURPA*



Excelentíssima Senhora Diretora,

Cumprimentando-a, reportamo-nos ao Ofício Circular nº 825-MMA, subscrito por Vossa Senhoria, que faz referência à falta de previsão regimental no Conama para obstrução de pauta, assim como a obrigatoriedade dos conselheiros de participar na integralidade da reunião para a qual foram pagas suas despesas de deslocamento e estada, sob pena de devolução integral dos valores apontados e comunicação à entidade representada. Copiamos abaixo a íntegra da mensagem, para compreensão das entidades e instituições copiadas neste ofício:

*“Ofício Circular Nº 825-MMA*

*Brasília, 20 de novembro de 2018*

*Assunto: 58ª Reunião Extraordinária do CONAMA*

*Prezado Conselheiro da Sociedade Civil,*

*1. Ao cumprimentar Vossa Senhoria, faço referência à 58ª Reunião Extraordinária do CONAMA, realizada em 30 de outubro de 2018, quando vários representantes da sociedade civil ausentaram-se do Plenário, como forma de retirar o quorum da reunião e impedir a votação da minuta de revisão da Resolução CONAMA sobre Padrões de Qualidade do Ar.*

*2. Alerto que não há previsão no Regimento Interno do Conselho para obstrução da pauta, havendo, pelo contrário, expressa previsão nos termos abaixo:*

*Art. 8º .....*

*§3º Ressalvados os casos de força maior devidamente justificados, os Conselheiros referidos no parágrafo anterior devem participar na integralidade da reunião para a qual foram pagas as suas despesas de deslocamento e estada, sob pena de devolução integral dos valores apontados e comunicação à entidade representada.*

*Atenciosamente,*

*ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO*

*DIRETORA”*

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1811-1º andar-conj.127/128 - Jd. Paulistano - São Paulo-SP - CEP 01452-913  
Fone: 55 11 3814-8715 - e-mail: proam@proam.org.br

*Adriana - FZar*  
*Eng. Carlos M. da Silva*  
*Eng. Carlos M. da Silva*  
*Eng. Carlos M. da Silva*





Em primeiro lugar, não entendemos qual é, exatamente, o objetivo do alerta contido em sua mensagem, pois a narrativa trata de fato superado, onde não houve qualquer prejuízo financeiro aos cofres públicos, nem mesmo para o decurso da votação da revisão da resolução Conama 03/90, da qual fomos, por sinal, proponentes enquanto representantes da sociedade civil. Portanto, somos os maiores interessados na aprovação desta normativa, desde que esta seja um produto que honre as atribuições e o papel ético do Conama, constituindo-se em normativa com condições de eficiência e eficácia para a finalidade a qual se destina – e com o devido respeito aos comandos constitucionais.

Em segundo lugar, a bancada ambientalista, integrante do segmento da sociedade civil representa pouco mais de 10% da composição da plenária, portanto seria fisicamente impossível de provocar, de *per si*, a quebra do quorum, que se daria apenas com a ausência da metade do conselho, ou seja, da metade de quase uma centena de conselheiros, dos quais mais de 70% são representantes governamentais. Portanto, diante de seu extremado cuidado com a representação da sociedade civil para o cumprimento dos dispositivos regimentais, questionamos quais providências também já foram tomadas frente ao grande número de ausências anotada.

Como Vossa Senhoria poderá perceber na explanação a seguir, a representação da sociedade civil esteve presente, atuante, atenta e com o mais elevado espírito de participação cidadã, assim como zelosa aos princípios constitucionais imprescindíveis à aprovação de uma boa normativa pelo Conama. Porém, a compreensão sobre esta atuação não poderá prescindir do histórico das irregularidades contidas na matéria em apreciação, conforme segue.

#### **Dos fatos que antecederam a reunião plenária:**

A matéria em tela, revisão da Resolução Conama 03/90, acabou por revelar-se, ao final do processo, como uma proposta insuficiente do ponto de vista protetivo e sequer poderia ter sido colocada em regime de votação, tendo em vista o acúmulo de vícios e irregularidades já apontadas pelo PROAM e pelo Ministério Público Federal. Atestam este fato os recursos apresentados e que estão apensados ao processo, entre estes impugnações, relatórios de vista, relatório de retirada de pauta, manifestações

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1811-1º andar-conj.127/128 - Jd. Paulistano - São Paulo-SP - CEP 01452-913  
Fone: 55 11 3814-8715 - e-mail: proam@proam.org.br

*[Handwritten signature]*  
Secretaria

*[Handwritten signature]* APROMAC

*[Handwritten signature]* Engenheiro MIRA SORAN

*[Handwritten signature]* VERAC

*[Handwritten signature]* Anais - FZAN

*[Handwritten signature]* - FURPA



da Sociedade Civil, de ambientalistas<sup>1</sup>, da classe médica<sup>2</sup>, entre outros, incluindo recurso hierárquico do MPF, pela primeira vez utilizado no Conama- e que sequer foi respondido pelo executivo da pasta.

É preciso deixar claro que a versão aprovada coloca em risco o conjunto da sociedade brasileira, que será a grande prejudicada em função dos elementos nocivos estabelecidos como parâmetros para orientar futuras ações governamentais. Note-se que essa matéria não está dissociada do passivo ambiental gerado pela demora do Brasil na adoção dos padrões recomendados como seguros à saúde pública, e que resultam de aprofundados estudos científicos publicados pela Organização Mundial da Saúde em 2005<sup>3</sup>. Este passivo é demonstrado no estado de insalubridade existente em território nacional, atestado pelos dados de morbimortalidade publicados este ano em estudo da OMS, que apontam a perda de vida de 51.820 brasileiros durante o ano 2016<sup>4</sup>.

Também é preciso demonstrar o esgotamento das possibilidades de avançar, dentro deste conselho, por meio do diálogo democrático, já que as tentativas de correção do processo foram obstruídas por sucessivos vícios processuais, ressaltando-se entre estes a negativa de retorno à Câmara Técnica de Qualidade Ambiental para a correção de irregularidades apontadas em ofícios pelo PROAM e MPF, acrescida de alterações de conteúdo referente a mérito na minuta, procedidas indevidamente pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, o que gerou um Recurso Hierárquico<sup>6</sup> do MPF ao Ministro do Meio Ambiente.

A situação agravou-se ainda mais com a falta de correção dos erros e com o absurdo encaminhamento, por meio de nota<sup>7</sup> da Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente, para que o Recurso Hierárquico fosse objeto de apreciação por esta mesma câmara infratora, em função de não se vislumbrar no regimento interno “a existência da figura do Recurso Hierárquico”, qual fora o Conama estanque aos princípios norteadores da administração pública. Neste jogo-de-empurra, a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos lavou as mãos ao afirmar que esta não era matéria de sua competência e o Senhor Ministro não tomou nenhuma medida corretiva. Desta forma, as distorções permaneceram e o Conama entrou mais profundamente na seara da omissão, apresentando o uso de artifícios regimentais e encaminhamentos questionáveis que só fizeram acobertar um conflito normativo já escancarado.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1811-1º andar-conj.127/128 - Jd. Paulistano - São Paulo-SP - CEP 01452-913  
Fone: 55 11 3814-8715 - e-mail: proam@proam.org.br

Anaís-FZM

Eng.º  
Mina-Sonca

Furya  
PPAOMAR





Neste sentido, lançam luzes sobre os fatos as declarações da Procuradora Geral da República, Dra. Raquel Dodge, durante audiência públicas promovida pela 4ª Câmara do MPF, em parceria com o PROAM e outras instituições da sociedade civil: *"No Brasil, as tratativas para uma nova regulamentação da matéria, atravessam no Conama um momento decisivo, diante do qual corre-se o risco de se tomar o ilusório e cômodo caminho da norma ineficaz, que prevê, mas não impõe, de fato, a mudança. Deve prevalecer, contudo, a atitude responsável, consequente, bem embasada e sobretudo obediente às balizas de nosso ordenamento jurídico e ao ditame da participação democrática. A natureza dos direitos fundamentais não admite a lógica da negociação, como se entre eles e os interesses diversos fosse possível uma mera relação de acomodação. Por isso sua protetividade deve ser a mais extensa possível, podendo ser atenuada tão somente em benefício de um outro direito fundamental, após um embasado exercício de ponderação. Como já disse, no centro dessa audiência pública estão em jogo dois bens essenciais à vida: a saúde e o ambiente. Com efeito, qualquer regramento que não garanta a extensiva e eficaz proteção a este direito não estará sob a guarda da nossa ordem constitucional".* (grifo nosso)

Chamamos a atenção para a falta de motivação das propostas acatadas na minuta e que a levaram à ineficácia. O conflito que se instalou durante o processo é digno de aprofundada investigação e reflexão, já que os argumentos que concorreram para a ausência de protetividade foram inacreditavelmente apresentados pelos representantes dos órgãos estaduais responsáveis pelo controle da poluição, membros da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA). Durante as sessões do Grupo de Trabalho e da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos o setor estatal ali distanciou-se dos objetivos determinados pela Política Nacional de Meio Ambiente, resumindo-se à externar, de forma superficial, nuâncias corporativas referentes ao temor da responsabilização funcional, além de defender prazos longos e indefinidos, sem gatilhos temporais confiáveis que pudessem garantir avanços para as sucessivas metas intermediárias - e assim motivar políticas públicas efetivas.

Estes fatos levaram a minuta a incorporar excessiva discricionariedade aos órgãos estaduais, em detrimento do setor federal. Tais facilitações chegaram ao ponto de colocar em jogo a exequibilidade da proposta. Ressaltamos que, por ser fato conhecido e comprovável o *modus operandi* político no Brasil - e considerando que a pressão econômica sobre as decisões políticas tem se demonstrado forte nos aspectos regionais, é preocupante o fato da minuta centralizar poder decisório nos órgãos estaduais, estabelecendo meios para, a seu bel prazer, utilizarem de mecanismos protelatórios.

APAMAC

Luiz Carlos  
Gomes

FEAP

ANAM - FZAN





Dessa forma, a proposta inicial restou comprometida, com aberturas e fragilidades que concorrerão, desde já e no futuro, para desestimular esforços políticos efetivos dos estados para coibir, por meio do avanço contínuo e planejado em metas intermediárias e com padrões mais restritivos e protetivos, a poluição de fontes móveis e fixas.

Com a edição de novos padrões para a qualidade do ar mais protetivos, seriam maiores os esforços e os investimentos necessários dos empreendimentos para se adequarem aos ditames da proteção da vida humana, assim como seria exigido um maior protagonismo do órgão ambiental estadual responsável pelo controle da poluição. Diante da comprovada e elevada prática clientelista nos últimos anos, desvendada por inúmeros processos envolvendo corrupção de agentes políticos e públicos, torna-se um ato temerário, aparentando ser até mesmo de profunda má fé, o Conama permitir tais fragilidades e aberturas indesejáveis. Tornar quase que opcional, à critério do órgão estatal, a mudança de patamar para padrão mais protetivo, apenas em função de avaliação auto sugerida de suas “possibilidades”, é potencializar ao extremo o lançamento da norma “ao arrepio da lei” e lançar a população brasileira ao descaso.

Uma normativa tão importante para garantir a saúde pública jamais poderia ser relegada à condição de cheque em branco, com total abertura para a facilitação das negociações de balcão entre o setor público/político e o setor privado. *“A natureza dos direitos fundamentais não admite a lógica da negociação, como se entre eles e os interesses diversos fosse possível uma mera relação de acomodação”*, afirmou em audiência pública a Procuradora Geral Raquel Dodge. Diante de situações como esta e em função dos riscos trazidos pela fragilidade dos mecanismos propostos e que devemos avaliar qual a forma republicana de reação mais adequada à Sociedade Civil.

Causou-nos surpresa a postura dos representantes de órgãos ambientais estaduais no Grupo de Trabalho, em seu objetivo de postergar a adoção de prazos e metas, ou seja, contra uma obrigatoriedade mais imediata na tomada de medidas efetivas em prol da saúde pública. Seus argumentos, conforme apresentados, não se sustentariam em um tribunal amador, pois demonstraram ausência de motivação e não apresentaram fundamentação científica. Mas assim mesmo, em que pese a falta de justificativas e de sustentação técnica - e em detrimento dos comandos constitucionais, encontraram apoio político nas representações dos governos municipais e setor empresarial - e conseqüentemente obtiveram a seu favor uma votação favorável, sempre

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1811-1º andar-conj. 127/128 - Jd. Paulistano - São Paulo-SP - CEP 01452-913  
Fone: 55 11 3814-8715 - e-mail: [proam@proam.org.br](mailto:proam@proam.org.br)





sob os protestos da representação da bancada ambientalista que defendia, em conjunto com o MPF, meios adequados para garantir a incolumidade da saúde pública.

Dessa forma, o processo de revisão proposto pelo PROAM e pelo MPF para a resolução 03/90, com apoio de técnicos em controle de poluição e da área médica, visando a efetiva proteção do ambiente e da saúde pública, obteve ao final um resultado inócuo - **e pelo mesmo motivo, inevitavelmente conflituoso**. Perdeu-se assim, após anos de trabalho e dezenas de reuniões, que contaram com a contínua intervenção e sustentação técnica dos representantes ambientalistas, a possibilidade de obter um mínimo de consenso sobre a efetividade protetiva da minuta, portanto sem nada que sustentasse a sua viabilidade ambiental.

Certamente é de conhecimento de Vossa Senhoria que há funções de controle social delegadas à sociedade civil por dispositivos constitucionais; que o Conama é um sistema colegiado participativo que também deve responder aos comandos constitucionais, inclusive aos princípios da administração pública, conforme apontou o Recurso Hierárquico citado; e que neste contexto não é papel da sociedade civil, como pretende sua missiva, apenas a acomodação para receber quaisquer tipos de subsídios governamentais, quando no caso em tela o que está em jogo é algo maior e que transcende apenas a visão de interpretação regimental, pois se trata aqui da edição de uma normativa notoriamente nociva ao meio ambiente e à saúde pública, destinada a selar a sorte de milhões de brasileiros.

Note-se que, neste contexto, crianças em tenra idade não apresentam nenhuma condição de defesa física contra os elementos poluidores sobre os quais trata a resolução, como o material particulado - e para os quais foram adotados padrões usuais, de emergência e para efeito de licenciamento ambiental, em proporções perigosas e inaceitáveis. Estes aspectos estão muito bem expostos em nossos pareceres, incluindo no parecer de retirada de pauta pelo proponente.

Estamos tratando aqui da defesa constitucional de direitos fundamentais. Há extrema gravidade nos fatos citados: note-se que as crianças, assim como as populações mais vulneráveis como os idosos e os menos favorecidos economicamente, são presas fáceis para a armadilha mortal em que se constituiu uma norma ineficaz que não garanta a boa qualidade do ar. Mesmo uma norma ruim, de insuficiência protetiva, não deixará de ser, no dia-a-dia da sociedade, um parecer estatal que aparenta garantir segurança à saúde pública. Dessa forma, apresentar como solução uma falsa segurança representará um perigo maior do que nenhuma segurança, pois na

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1811-1º andar-conj.127/128 - Jd. Paulistano - São Paulo-SP - CEP 01452-913  
Fone: 55 11 3814-8715 - e-mail: proam@proam.org.br

*[Handwritten signatures and notes at the bottom of the page:]*  
- *APROAM*  
- *thais - FZM*  
- *Eng. de Segurança*  
- *EUROPA*  
- *SERC*



ausência desta a sociedade tenderá a se organizar e a se defender. Então perguntamos, não é nosso dever e responsabilidade, como membros do Conama, atuar no sentido de assegurar a boa normativa que proteja de fato a saúde pública? Poderão os limites desta atuação ficar restritos aos ditames do regimento interno, interpretado sob a ótica de mero cartão de ponto conforme utilizado para controle das atividades funcionais?

Ressalte-se aqui a honrosa defesa realizada na reunião plenária pela representante do Ministério da Saúde, que conhecedora e especialista dos efeitos nocivos da poluição, alinhou-se ao movimento ambiental no pleito por prazos e valores indicadores, de forma que estes representassem uma segurança real para a população brasileira.

Ressalte-se também a disposição dos membros da Sociedade Civil em dialogar até o final, com a retirada da bancada ambientalista para articulação e deliberação na entrada do recinto, ainda pleiteando por meio de interlocutores, como o próprio Ministério da Saúde, uma última tentativa de negociação, com vistas a mudar os rumos da minuta, no intuito de resgatar elementos protetivos essenciais e salvar a resolução e todos os esforços empreendidos pelo Conama. Note-se que este processo incluiu um expressivo gasto de dinheiro público e centenas de horas de dedicação, e que a reação da sociedade civil em defesa da coisa pública estendeu-se até o derradeiro momento dos trabalhos do colegiado, de modo a tentar evitar o naufrágio da proposta com a judicialização que certamente ocorrerá a partir de sua edição.

A situação na plenária chegou as raias do absurdo, quando foram abordados os membros da bancada ambientalista, na entrada do recinto, por uma funcionária do D-Conama, que tal qual bedel desavisado, alheio à situação de elevado conflito institucional que exigia a defesa dos princípios constitucionais, convocou os membros da Sociedade Civil para adentrar ao recinto, sob pena de se verem obrigados à devolução de diárias e passagens.

Portanto, em função da realidade e conjuntura atual, onde os custos em vidas e para a saúde pública decorrentes da poluição do ar estão estimados, nas 26 maiores cidades brasileiras, no valor de US\$ 1,7 bilhão<sup>10</sup> ao ano, não há de se falar em prejuízos ao erário público ou impor o cumprimento de obrigações funcionais aos meios de resistência da Sociedade Civil.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1811-1º andar-conj.127/128 - Jd. Paulistano - São Paulo-SP - CEP 01452-913  
Fone: 55 11 3814-8715 - e-mail: proam@proam.org.br

GERC  
Anais - FZM

Leandro  
MIRA-SERENA

FUPPA-  
APRONAC





Note-se ainda necessidade imediata da Sociedade Brasileira **aferrir a forma de construção ética do caráter decisório do Conama**, ressaltando ser necessário reforçar seu caráter humanitário, especialmente no caso em tela, de proporções epidemiológicas gravíssimas, com a morte de mais de 50 mil pessoas por ano no Brasil, conforme afirma a Organização Mundial da Saúde.

Portanto, não há de se acenar com o desprestígio da zelosa sociedade civil, dirigindo-se a ela como mera tomadora de recursos públicos, qual fora apenas servil cumpridora de prazos e horários fiscalizados pela Diretoria do Conama, ignorando a gravidade da matéria, o cenário brasileiro e o compromisso para fortalecer o Conama cuja missão constitucional é a edição de normativas eficazes e ambientalmente protetivas. Sobretudo, a reação da Sociedade Civil a esta problemática institucional, considerada por nós obscura em suas motivações e que concorre para o enfraquecimento da gestão ambiental brasileira, jamais poderia ser considerada como mera "obstrução da pauta". Neste momento final, convalidar uma pauta que sequer poderia estar em votação, seria um ato de anuência aos vícios do processo já devidamente apontados pelas representações da Sociedade Civil e do Ministério Público Federal.

#### **Dos direitos da Sociedade em casos de injustiça manifesta**

*"Nem toda ira, pois, é maldade; porque a ira, se, as mais das vezes, rebenta agressiva e daninha, muitas outras, oportuna e necessária, constitui o específico da cura. Ora deriva da tentação infernal, ora de inspiração religiosa. Comumente se acende em sentimentos desumanos e paixões cruéis; mas não raro flameja do amor santo e da verdadeira caridade. Quando um braveja contra o bem, que não entende, ou que o contraria, é ódio iroso, ou ira odienta. Quando verbera o escândalo, a brutalidade, ou o orgulho, não é agrestia rude, mas exaltação virtuosa; não é soberba, que explode, mas indignação que ilumina; não é raiva desacompanhada, mas correção fraterna. Então, não somente não peca o que se irar, mas pecará, não se irando. Cólera será; mas cólera da mansuetude, cólera da justiça, cólera que reflete a de Deus, face também celeste do amor, da misericórdia e da santidade". Oração aos Moços, de RUI BARBOSA.*

*PROAM*

*Amami - FZAI*

*ESBND*

*Ex.º do  
M.º P.º - J.º*

*FULPA*  
*HERC*



Tome-se portanto a esta situação, conforme o relatado, em sua mais fiel configuração: trata-se de um caso comprovado e amplamente documentado de injustiça qualificada e manifesta, sendo ainda fator de altíssimo risco para a sociedade brasileira, o que demandará nosso melhor empenho diante da responsabilidade constitucional e cidadã que assumimos enquanto representantes da Sociedade Civil com representação junto ao Conama, o que justifica, da parte do segmento que representamos, a tomada de medidas de resistência civil.

Nesse sentido aplica-se, sem sombra de dúvida, o que a Constituição Brasileira prevê em seu artigo 1º, parágrafo único: “Todo o poder emana do povo(...)”. Compreendendo-se que o poder democrático advém da vontade popular, torna-se perfeitamente legítimo o direito de resistência daqueles que estão ungidos pelo *humus* público da representação social, mais especialmente dos que estão no Conama em função de sua finalidade estatutária, que é a defesa inegociável dos direitos fundamentais da população brasileira.

Imprescindível se faz citar o jurista Dalmo de Abreu Dallari: *“quando um governo, ainda que bem intencionado e eficiente, faz com que sua vontade se coloque acima de qualquer outra, não existe democracia. Democracia implica autogoverno, e exige que os próprios governados decidam sobre as diretrizes políticas fundamentais do Estado”* (Dallari, 2009, p.311). Ressalte-se aqui o agravante da falta de eficiência e a necessária reflexão sobre onde se encontram as boas intenções no caso em tela.

Soma-se a isso o espírito independente e vívido dos direitos fundamentais estabelecidos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1793) que: *“Art. 35. Quando o governo viola os direitos do povo, a insurreição é, para o povo e para cada parcela do povo, o mais sagrado dos direitos e o mais indispensável dos deveres”*.

Diz-se ainda sobre o direito de resistência: *“Direito reconhecido aos cidadãos, em certas condições, de recusa à obediência e de oposição às normas injustas, à opressão e à revolução. Tal direito concretiza-se pela repulsa a preceitos constitucionais discordantes da noção popular de justiça; à violação do governante da ideia de direito de que procede o poder cujas prerrogativas exerce; e pela vontade de estabelecer uma nova ordem jurídica, ante a falta de eco da ordem vigente na consciência jurídica dos membros da coletividade. A resistência é legítima desde que a ordem que o*

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1811-1º andar-conj.127/128 - Jd. Paulistano - São Paulo-SP - CEP 01452-913  
Fone: 55 11 3814-8715 - e-mail: proam@proam.org.br

Handwritten signature in blue ink with the text 'MIRA-SOLANA' below it.

Handwritten signature in blue ink with the text 'Anais - FZar' below it.

Handwritten signature in blue ink with the text 'FURPA' and 'APROMAC' below it.





*poder pretende impor seja falsa, divorciada do conceito ou ideia de direito imperante na comunidade. O direito de resistência não é um ataque à autoridade, mas sim uma proteção à ordem jurídica que se fundamenta na ideia de um bem a realizar. Se o poder desprezar a ideia do direito, será legítima a resistência, porém é preciso que a opressão seja manifesta, intolerável e irremediável.” (DINIZ, 2005, p. 181/2). Diniz afirma ainda: “exercício de direito de resistência passiva por parte de certo grupo social resultante do descumprimento de lei ou de ato governamental contrário à ordem jurídica ou à moral pública (...).” (DINIZ, 2005, p. 120).*

No contexto constitucional brasileiro vigente, a desobediência civil exsurge da “cláusula constitucional aberta”, prevista no art. 5º, § 2º, “in verbis”: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.”

Vejamos ainda a seguinte decisão judicial: “de mais a mais, em que pese “prima facie” o teor de “ato ilegal(???)”, o direito de resistência se trata na verdade de um ato de cidadania na defesa de direitos fundantes negados [ou que ficaram omissos] por agentes públicos. Fundamenta-se nos princípios da justiça e da equidade, sendo essenciais para o pleno exercício dos direitos civis, sociais e políticos, até porque a sociedade é dinâmica e o Direito também o deve ser. Exige-se, justa causa, sendo usual no campo do direito do trabalho, latinizado como “ius resistentiae”, mormente a favor do trabalhador para o fim de “se recusar a cumprir ordens ilegítimas de seu empregador” (TST – 5ª Turma – AIRR n. 69740-78.2007.5.01.0056 – Rel. Min. João Batista Brito Pereira – Publ. DEJT 11/12/2009).

Mesmo que não seja esta uma situação comum ao Conama ou à sua Diretoria, que possui foco administrativo, é fundamental ao D-CONAMA considerar e apreender questões inerentes à colegiados democráticos, especialmente pelo fato destes compreenderem institutos e valores intrínsecos às funções e ao caráter multidisciplinar transformador do movimento ambiental. Em nossa gênese calcada no âmbito pacifista, há expressivas citações de Mahatma Gandhi: “o resistente pacífico pode expressar-se de três maneiras: 1) protestos pacíficos exigindo direitos civis e políticos; 2) por meio de boicotes a produtos que simbolicamente representassem o objeto de sua reivindicação ou tivessem alguma ligação com este; 3) pela não cooperação, visando à conquista de direitos sociais”.

*Handwritten signature: F. A. Proam*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature: Anaís - FZM*

*Handwritten signature: S. B. B. A.*

*Handwritten signature: L. G. A. M. A. S. R. A.*

*Handwritten signature: F. A. R. A. - F. A. R. A. - F. A. R. A.*



Ghandi prossegue ainda, afirmando que a desobediência às leis consistia em um meio de cidadania importante, pois, através da participação popular de forma pacífica e extremamente legítima, buscava-se modificar, pacificamente, a legislação e as práticas governamentais, em busca dos direitos sociais, políticos e econômicos. Gandhi a entendia como um momento 'moral'. Assim, fala o autor: ***"A resistência civil é o meio mais eficaz de exprimir a angústia da alma e o mais eloqüente para protestar contra a manutenção do poder de um Estado nocivo"***.

Necessário ainda citar Martin Luther King, que foi responsável pela apresentação de mais modernas características de resistência civil, ao defini-la como uma ação coletiva, **depois de esgotados todos os canais de reivindicação** (grifo nosso). Neste sentido, como sabe Vossa Senhoria, **ressaltamos que houve o esgotamento de todos os recursos administrativos à disposição da sociedade durante o processo de revisão da Resolução 03/90 do Conama.**

Finalmente valemo-nos, para cabal compreensão de nossas posições, da visão de THOUREAU, autor ilustre no cenário abolicionista norte-americano, já citado ao início deste ofício: *"se a injustiça é parte do inevitável atrito no funcionamento da máquina governamental, que seja assim: talvez ela acabe suavizando-se com o desgaste - certamente a máquina ficará desajustada. Se a injustiça for uma peça dotada de uma mola exclusiva - ou roldana, ou corda, ou manivela -, aí então talvez seja válido julgar se o remédio não será pior do que o mal; mas se ela for de tal natureza que exija que você seja o agente de uma injustiça para outros, digo, então, que se transgrida a lei. Faça da sua vida um contra-atrito que pare a máquina. **O que preciso fazer é cuidar para que de modo algum eu participe das misérias que condeno.**"*

Dessa forma, esperamos ter esclarecido à Vossa Senhoria, de forma fundamentada, sobre as ações conscientes e responsáveis dos representantes da sociedade civil conforme o ocorrido durante a 58ª Reunião Extraordinária do Conama. Tenha a certeza, Senhora Diretora, que nossas ações revelam o espírito republicano da bancada ambientalista no Conama, que jamais poderia acovardar-se, amesquinhar-se ou acomodar-se, diante do que está em jogo, a uma mera e isolada interpretação burocrática regimental.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1811-1º andar-conj.127/128 - Jd. Paulistano - São Paulo-SP - CEP 01452-913  
Fone: 55 11 3814-8715 - e-mail: proam@proam.org.br

*[Handwritten signature]*  
LUIZA MIRANDA-SERRA

*[Handwritten signature]*  
Anaís - F2M

*[Handwritten signature]*  
F2M - F2M  
F2M - F2M





Esperamos também, ao externar nossa boa motivação, poder agregar valores para a compreensão adequada e abrangente do contexto, para além da limitada narrativa com mero foco administrativo. Note-se que o acatamento de suas observações, restritas à interpretação regimental “obstrução de pauta” e “participação”, consignadas à devolução de diárias e passagens, meios de custeio imprescindíveis para possibilitar o deslocamento para Brasília no contexto gigantesco de nossa realidade geográfica, poderá soar como elemento econômico intimidatório aos menos avisados, de forma a gerar efeitos de engessamento e neutralização da sociedade civil - e desta forma tolher os direitos civis que socorrem representações ambientalistas frente à manifestas irregularidades e à ineficácia normativa praticada por conselhos participativos.

Finalmente, deliberamos por encaminhar cópia desta resposta também ao Senhor Ministro do Meio Ambiente, por ser a autoridade máxima responsável pela pasta e por acumular a função de Presidência do Conama. Também encaminhamos cópia ao Ministério Público Federal, que atuou *pari passu* no acompanhamento do processo de revisão da resolução Conama 03/90, para que, dentro de suas atribuições, possa averiguar se há mais elementos que possam ser contemplados além desta nossa abordagem inicial.

Por oportuno, reiteramos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**Carlos Alberto Hailer Bocuhy**  
PROAM-Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental  
Presidente

#### Referências

Documentos apensados ao processo (site do Conama). Disponível em:

Manifesto por Ar Limpo. Disponível em:  
<http://www.proam.org.br/acontecimento.asp?ID=173>

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1811-1º andar-conj.127/128 - Jd. Paulistano - São Paulo-SP - CEP 01452-913  
Fone: 55 11 3814-8715 - e-mail: [proam@proam.org.br](mailto:proam@proam.org.br)

Luiz Carlos Bocuhy

Manoel - FZAR

Manoel - FUNPA

SEBASTIÃO

GERC



<sup>2</sup> Um minuto por Ar Limpo – Manifesto da Classe Médica de São Paulo  
<http://www2.mma.gov.br/port/conama/processos/C1CB3034/Ar%20Limpo.pdf>

<sup>3</sup> Air Quality Guidelines – global update 2005 – Disponível em  
[https://www.who.int/phe/health\\_topics/outdoorair/outdoorair\\_aqg/en/](https://www.who.int/phe/health_topics/outdoorair/outdoorair_aqg/en/)

<sup>4</sup> Poluição do Ar mata mais de 50 mil por ano no país. Disponível em:  
<https://www.valor.com.br/brasil/5495347/poluicao-do-ar-mata-mais-de-50-mil-por-ano-no-pais-diz-oms>

<sup>5</sup> Ofício PRR/3ª Região – JLBL – 1138/2018 - 7 de maio de 2018. Disponível em:  
[http://www2.mma.gov.br/port/conama/processos/C1CB3034/Of\\_PRR\\_3Regiao\\_QualidadeAr.pdf](http://www2.mma.gov.br/port/conama/processos/C1CB3034/Of_PRR_3Regiao_QualidadeAr.pdf)

<sup>6</sup> GAB/FASB nº 00021/2018 - Ofício PRR/3ª Região – JLBL – 1138/2018. Disponível em:  
[http://www2.mma.gov.br/port/conama/processos/C1CB3034/Recurso%20Hierarquico\\_MPFpdf1.pdf](http://www2.mma.gov.br/port/conama/processos/C1CB3034/Recurso%20Hierarquico_MPFpdf1.pdf)

<sup>7</sup> NOTA n. 00442/2018/CONJUR-MMA/CGU/AGU. Disponível em:  
[http://www2.mma.gov.br/port/conama/processos/C1CB3034/NOTA\\_n\\_00442\\_2018\\_CONJUR\\_MMA\\_CGU\\_AGU1.pdf](http://www2.mma.gov.br/port/conama/processos/C1CB3034/NOTA_n_00442_2018_CONJUR_MMA_CGU_AGU1.pdf)

<sup>8</sup> RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA “AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE MINUTA DO CONBAMA SOBRE PADRÕES DE QUALIDADE DO AR PRA O BRASIL E SUAS CONSEQUENCIAS PARA O MEIO AMBIENTE E A SAÚDE – REVISÃO DA RESOLUÇÃO 03/90” – Disponível em:  
<http://www.mpf.mp.br/regiao3/atos-e-publicacoes/audiencias-publicas/arquivos/relatorio-conclusivo-audiencia-publica.pdf>

<sup>9</sup> Relatório PROAM - Retirada de Pauta. Disponível em:  
[http://www2.mma.gov.br/port/conama/processos/C1CB3034/Relatorio%20PROAM%20Retirada%20de%20Pauta%20Res%2003\\_90.pdf](http://www2.mma.gov.br/port/conama/processos/C1CB3034/Relatorio%20PROAM%20Retirada%20de%20Pauta%20Res%2003_90.pdf)

<sup>10</sup> Custos da poluição atmosférica nas regiões metropolitanas brasileiras. Disponível em:  
<https://www.scielo.org/article/csc/2014.v19n10/4141-4147/pt/>

### **Publicações sobre Controle Social e Desobediência Civil**

Arendt, Hannah. “Desobediência Civil”, in *Crises da República*, 2º ed., São Paulo: Perspectiva, 1999.

Costa, Nelson Nery. *Teoria e Realidade da Desobediência Civil*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1990.

Garcia, Maria. *Desobediência Civil: Direito Fundamento*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1994.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1811-1º andar-conj.127/128 - Jd. Paulistano - São Paulo-SP - CEP 01452-913  
Fone: 55 11 3814-8715 - e-mail: [proam@proam.org.br](mailto:proam@proam.org.br)





Locke, John. *Segundo Tratado Sobre o Governo Civil*. Petrópolis: Vozes, 1994.

Paupério, Machado. *O Direito Político de Resistência*. São Paulo: Forense, 1962.

Tavares, Geovani de Oliveira. *Desobediência Civil e Direito Político de Resistência*. Campinas: Edicamp, 2003.

Thoreau, Henry David. *Desobediência Civil: Resistência ao Governo Civil* (tradução: Antônio de Pádua Danesi). Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1989.

Walzer, Michel. *Das Obrigações Políticas: Ensaio Sobre Desobediência, Guerra e Cidadania*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do estado*. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. v. 2.

ALENCATOR, Tobias. *Desobediência civil*. Disponível em:

<<http://hansdenis.wordpress.com/2008/10/30/desobediencia-civil/>>. Acesso por meio da WordPress.com

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. *Jurisprudência*. Disponível em:

<<http://www.tst.jus.br/jurisprudencia>>. Acesso em: 30 jun. 2012.

### **Publicações de notícias na Imprensa**

MPF e especialistas criticam proposta do Conama. Disponível em:

<http://www.proam.org.br/noticia.asp?ID=236>

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1811-1º andar-conj.127/128 - Jd. Paulistano - São Paulo-SP - CEP 01452-913  
Fone: 55 11 3814-8715 - e-mail: [proam@proam.org.br](mailto:proam@proam.org.br)

  
  
  
  
  
